

Cultura, política e as grandes causas do nosso tempo: sobre a emergência das políticas culturais

Glauber Piva¹

A qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar.
David Harvey

O grande desafio das políticas públicas de cultura é criar um ambiente e um processo que as coloque num patamar de diálogo com as grandes causas de nosso tempo e que, concomitantemente, sejam relevantes para as pessoas. É inegável que a cultura ocupa um lugar de destaque na cena contemporânea, mas é preciso enfrentar a fragilidade com que nossas sociedades lidam com suas próprias manifestações culturais, com arranjos produtivos e criativos de caráter coletivo e solidário que têm impacto real no ambiente urbano, mas são desprezados pelo *mainstream*, e com a própria insignificância da cultura nos orçamentos públicos de nossos países, notadamente mercados de sol, suor e sonho.

Brasil e Espanha são países que vivem momentos bastantes distintos quando consideramos alguns aspectos: história, nível de desenvolvimento, sistema político, arranjo institucional, taxas de emprego e características das políticas culturais são apenas alguns casos do que aparentemente nos distancia. Há, porém, pontos de contato que nos são irrenunciáveis.

Estado e cultura

O tema do Estado sempre adquiriu, por razões distintas, contornos próprios e relevância específica no debate político e ideológico da América Latina. Possuímos, em primeiro lugar, uma matriz fortemente estatal. No Brasil sempre tivemos gigantesca presença do Estado na vida social². A esse dado devemos agregar dois outros: primeiro, nosso padrão de desenvolvimento, desde a independência, se alicerçou, talvez de maneira exagerada, nas capacidades estatais para controlar territórios e submeter populações. Depois, a debilidade de nossas elites amplificou

¹ Glauber Piva é mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), Máster em Administración y Políticas Públicas (FIIAPP-ESP). Foi diretor da Agência Nacional do Cinema do Brasil e Secretário Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores.

² Sobre isso, ver Ivana Jinkings et al(orgs.), *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe* (São Paulo. Boitempo, 2006) verbete “Estado”, p. 510.

a importância do Estado no processo de acumulação capitalista, transferindo a ele – Estado – grande parte das tarefas que na Europa e nos Estados Unidos haviam permanecido nas mãos delas – as elites. Talvez seja por esta razão que muitos autores identifiquem o caráter *estadocêntrico* do desenvolvimento e da organização da vida social brasileira.

Chamo atenção para este ponto para iluminar um elemento que se ofereceu a mim como uma ironia perturbadora desde o momento em que recebi o convite para participar deste debate. Diferentemente do Brasil, onde as conferências nacionais de cultura são convocadas pelo Ministério da Cultura e pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais, e devem ser precedidas obrigatoriamente por conferências regionais, reuniões de múltiplos colegiados setoriais e profunda articulação da militância que debate *cultura* no país. Na Espanha, por sua vez, a Conferência *Estatal* de Cultura não é convocada pelo Estado, mas, sim, por um conjunto de associações de gestores de cultura.

Aqui, como se pode deduzir, a ironia tem duas faces: no Brasil, onde são deliberativas e têm por função orientar as políticas de cultura que serão implementadas nos anos seguintes, as conferências são convocadas pelo Estado e contam com ampla participação de coletivos de jovens e criadores, artistas, cooperativas de teatro, dança, militantes partidários, redes de cultura popular e tradicional e muitos outros, ainda que com baixa participação dos gestores culturais profissionais, públicos ou privados. Além disso, os chamados artistas consagrados e produtores de cinema, televisão e grandes eventos, praticamente não participam desse debate nacional. Fica sempre uma pergunta sobre essa ausência. Seria o velho hábito de se percorrer as frestas do Estado que os afasta do debate público e amplo?

Já na Espanha, onde a organização dos gestores culturais é admirável e o arranjo institucional é muito distinto, a Conferência de Cultura parece ter caráter mais setorial do que efetivamente nacional e, conseqüentemente, assume mais tranquilamente sua condição de espaço de diagnóstico e proposição do que de processo de mobilização nacional e intervenção nas políticas públicas.

Essa sutileza vocabular que me despertou o olhar me levou também a outros caminhos que não sei percorrer sozinho, mas que compartilho como provocação: as diferenças entre o Estado brasileiro e o espanhol (de história, desenho e eficiência) e do tipo de relações e níveis de confiança que cada povo mantém com seus governos contribuem para conformar o próprio território das políticas públicas de cultura, o desenho das Conferências e as expectativas em torno do fundo público? O que poderia parecer apenas uma nuance de linguagem, parece dizer muito sobre a natureza da relação do *mundo da cultura* com o Estado, dos ambientes e conceitos que animam suas políticas e dos efeitos que elas proporcionam.

No Brasil, como veremos, há grande expectativa para que o Estado seja permeável ao diálogo desde muito antes da tomada de decisões e, também, vetor fundamental para o equilíbrio no financiamento à arte e à cultura, já que nossas desigualdades sociais e regionais e o peso dos equipamentos de cultura e das grandes empresas do centro-sul do país têm influência inegável no acesso às condições de produção.

Trânsitos da cultura

O termo *cultura* tem passado por tensões que remontam a séculos. Há muito que abandonou a especificidade original do verbo latino *colere*, que se referia bastante diretamente a cultivo e cuidado com plantas e animais, e passou a dialogar com outras dimensões da vida social, desde o próprio exercício artístico até a maneira singular como as localidades e as comunidades realizam sua cultura como mediação para a resolução dos conflitos sociais e sua inserção na vida política das cidades.

Terry Eagleton foi bastante preciso na identificação do trânsito semântico de *cultura* e sua crescente intimidade com a urbanidade. Segundo ele, “a palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo. No linguajar marxista, ela reúne em uma única expressão tanto a base como a superestrutura. Talvez, por detrás do prazer que se espera que tenhamos diante de pessoas *cultas* se esconda uma memória coletiva de seca e fome. Mas essa mudança semântica é paradoxal: são os habitantes urbanos que são *cultos*, e aqueles que realmente vivem lavrando o solo não o são. Aqueles que cultivam a terra são menos capazes de cultivar a si mesmos. A agricultura não deixa lazer algum para a cultura” (EAGLETON, 2000, p. 10).

Esse movimento do rural ao urbano se deu, historicamente, tanto nos dicionários quanto nas percepções e vivências. Do ponto de vista das políticas públicas, que é o que aqui nos interessa de maneira privilegiada, as concepções de cultura – e seus usos – nos devolve ao debate em torno das representações de interesses no seio do Estado. Durante o século XVIII, cultura passou a ser um critério para medir o grau de civilização de uma sociedade. A cultura passou a ser vista como um conjunto de práticas que permite avaliar e, certamente, hierarquizar as sociedades conforme seu estágio evolutivo.

A antropologia do século XIX e início do XX tem muito a ver com isso. O conceito de cultura passou a conter a ideia de evolução e, portanto, de progresso. A Europa capitalista passou a ser o padrão de civilidade e, portanto, de cultura, sobretudo por ser portadora de elementos que a distinguiam por seu grau de progresso: Estado, mercado e escrita³.

Na segunda metade do século XX, o termo cultura passa a significar o campo das formas simbólicas produzidas em condições históricas determinadas, o que permitirá a inclusão das questões relativas à cultura no território próprio das disputas políticas. Em decorrência do sentido latino da palavra e do sentido herdado do século XVII, uma das significações de cultura muito utilizadas refere-se ao interior dos indivíduos educados intelectual e artisticamente. Esse campo das “humanidades” vai compor o que Hannah Arendt chama de “filistinismo burguês”. Mas há também um outro campo, notadamente marcado por essa relação com a história. Ele é compreendido como o conjunto internamente articulado dos modos de vida de uma sociedade específica e indica que a cultura é concebida como campo

³ Segundo Marilena Chauí, uma vez que cultura era concebida como sinal de evolução e progresso, as sociedades “sem” mercado, “sem” escrita e “sem” Estado ainda chegariam ao estágio de evolução já conhecido pela Europa capitalista. (CHAUI, 2006, p. 130)

das formas simbólicas resultantes das determinações materiais econômicas sobre as relações sociais.

A questão é que, no Brasil e na maior parte do mundo, o *filistinismo burguês* se impôs como referência para as decisões em torno das políticas voltadas ao *campo cultura*, com impacto evidente na construção de uma narrativa na qual cultura e artes se dividiram como de elite e popular, com suas várias equivalências e resultados conhecidos, sobretudo a alocação dos investimentos públicos nos bens destinados à fruição pela gente culta, educada e bem formada.

Parece-nos claro que existe um território pouco explorado de relações entre cultura e Estado, cultura e mercado e cultura e criadores. Historicamente, se examinarmos o modo como o Estado opera no Brasil, podemos dizer que, no tratamento da cultura, sua tendência antidemocrática só começou a ser rompida muito recentemente. Esse bafejo antidemocrático não se deu exatamente porque o Estado era ocupado por este ou aquele grupo dirigente, mas, sobretudo, pelo modo como o Estado⁴ concebe a cultura. Na maioria das vezes, quando o Estado propõe um ‘tratamento moderno da cultura’, passa a operar no interior da cultura com os padrões de mercado, e de consagração do consagrado.

No Brasil, as principais instituições gestoras de cultura no país nasceram em períodos autoritários. Isso, somado a outros muitos exemplos, indica que o Estado brasileiro, historicamente, lidou com a cultura como algo apartado da vida cotidiana, e sempre a ofereceu ao consumidor como dádiva, mercadoria, ou, então, como produto a ser protegido de sua ignorância. A crítica a essa concepção tradicional foi severamente feita por setores da esquerda brasileira e alimentou a elaboração do conceito de *cidadania cultural*.

A ruptura com esse longo e duradouro padrão antidemocrático das políticas culturais no Brasil ainda não é definitiva, mas é inegável que o período 2002-2010 foi de severa reorganização do discurso e de atitude do governo federal brasileiro, o que serviu de senha para o início de um processo – ainda inacabado – de reorganização de todo o Estado brasileiro em relação ao território da cultura.

Um conceito ampliado de cultura trouxe para o centro organizador das políticas públicas a “cidadania cultural” em substituição a uma noção restrita de belas artes e de cultura como negócio, que antes predominava, e resultou num movimento que se espalhou pelo país e permitiu que a luta pelo *Direito à Cidade* fosse sua grande expressão.

Cidadania cultural

Num contraponto com nossas mais profundas tradições liberais, as ideias de cidadania cultural e de direito à cultura têm se sedimentado no debate em torno da ação dos governos para o *campo cultura*. As duas noções são derivadas do ambiente urbano no qual a cultura como campo de saberes ganha centralidade, caracterizando-se, portanto, por sua proximidade com as teses mais amplas de democracia e desenvolvimento. Direitos culturais seriam aqueles que dizem

⁴ Por Estado, aqui, refiro-me não apenas ao governo federal, mas também aos governos locais, ao legislativo em seus diferentes níveis, ao judiciário e às empresas públicas.

respeito às artes, à memória coletiva e ao processo de construção de saberes e fazeres coletivos, assegurando a seus titulares o conhecimento sobre sua história.

Vale lembrar que a expressão *direitos culturais* apareceu no Brasil, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1988, substituindo as referências de cultura como belas artes ou patrimônio histórico, conforme havia em constituições anteriores. Hoje, aceita-se que o conjunto de significados e valores culturais é muito mais amplo que os limites definidos pelas artes, o que oferece aos gestores públicos de cultura um desafio muito maior para a definição do escopo e dos limites de suas tarefas.

A cidadania cultural, por sua vez, ressalta o direito à participação nas decisões de política cultural, isto é, o direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos a fim de garantir a repartição ampla tanto do acesso como da produção de cultura.

Nos dizeres de Marilena Chauí, uma “política cultural definida pela ideia de cidadania cultural, [é aquela] em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. Afirmar a cultura como um *direito* é opor-se à lógica neoliberal, que abandona a garantia de direitos, transformando-os em *serviços* vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe” (CHAUÍ, 2006, p. 138).

A questão, porém, está para além dos discursos e intenções de acadêmicos e gestores públicos. Se a cultura deve dialogar com as grandes causas de nosso tempo, é preciso identificar essas causas, decodificá-las e propor pontos de contato com o mundo da cultura. Não se trata mais de apenas financiar obras, mas de permitir que sejam acessadas pelo público. Não se trata de transformar a praça pública em grande auditório para contemplação eventual de espetáculos, mas de valorizar processos criativos, a busca coletiva de sentidos e outras visões de mundo que tencionem a primazia do mercado.

Cidade e novos direitos

A cidade dos últimos trinta anos do século XX, abalroada pelos processos de globalização, de fortalecimento das indústrias de neotecnologia e pelos movimentos das agências de cooperação multilaterais, conheceram o protagonismo das indústrias da informação e do conhecimento, com um comportamento espacial diferente do até então conhecido: centros livres de fábricas e periferias urbanas passaram a sofrer uma ocupação de novo tipo. Esse processo de expulsão, segregação ou *periferização*, que não é inédito, apresentou novas formas de produção e ocupação urbana, com parques científicos e tecnológicos, espaços híbridos de moradia, trabalho e entretenimento, universidades e centros de produção (CASTELLS e HALL, 1994; HALL, 1996).

Esse novo modelo de cidade vai além da simples materialização da propriedade do solo, mas transforma a cidade refém de interesses empresariais globalizados, reduzindo drasticamente o exercício da política, buscando retardar a consolidação de direitos coletivos – dentre estes, com destaque, a noção de direito à cidade e os direitos culturais – e a eliminação dos conflitos e das condições de exercício da cidadania. Não é à toa que os shopping centers ganham tal relevância na urbe contemporânea.

Assim, a noção de governança do urbano torna-se muito maior do que os próprios governos das cidades, já que vender a cidade converteu-se em uma das funções básicas dos governos locais. Esse processo é, em grande medida, derivado da transformação da cidade em mercadoria e do estímulo internacional a que elas compitam entre si. Esse quadro se deu nos projetos teóricos e políticos do planejamento estratégico urbano dos últimos quarenta anos, com a transposição do modelo estratégico do mundo das empresas para o universo urbano, com o emprego do *marketing* urbano e a unificação centralizada e despolitizada dos cidadãos.

Essa reificação da intimidade entre cidade e mercado dialoga diretamente com a conformação das políticas públicas de cultura, cada vez mais destinadas ao ambiente urbano e em harmonia com a ambiência mercantil das cidades e aprisionamento dos espaços públicos em territórios dedicados à lógica privada.

A conjugação de direito à cidade e à cultura implica não apenas mudanças sociais e ampliação do exercício de novos direitos, mas também mudanças no uso do território e o diálogo entre essas duas dimensões. Novos arranjos sociais podem impactar significativamente o modo de vida urbano. O aumento do desemprego, por exemplo, fonte de muitos problemas sociais, é fatal para as cidades, assim como a pasteurização dos espaços públicos resulta num desenraizamento da produção cultural.

Os direitos sociais e culturais exigem do Estado uma ação positiva para um processo progressivo de implantação. No caso próprio dos *culturais*, são direitos considerados de caráter programático e que se desdobram em uma série específica de categorias e peculiaridades (como os direitos de autor, direitos das minorias, direitos ao patrimônio material etc.) e que se implementam em explícita relação de interdependência com o urbano.

As relações sociais não se processam no vazio, sejam relações de produção material ou simbólica. A urbanização é parte do processo geral de estruturação da sociedade e do território, portanto, um processo no qual os fluxos e políticas culturais se conjugam à mobilidade espacial e setorial, constituindo uma efetiva rede urbana que vai além das cidades.

Emergente e emergencial

Políticas culturais emergentes se oferece como uma provocação de sentido ambíguo, dividindo-nos entre o que vem à tona e o que é inadiável. No Brasil, onde a nação foi inventada pelo Estado, vivemos o momento de reconhecimento da dinâmica e fluidez do mundo da cultura, de protagonismo do *Brasil profundo* e,

assim como na Espanha, alguma disposição à retomada coletiva do espaço comum, seja ele físico ou simbólico.

No caso brasileiro, é obrigatório reconhecer que houve um movimento duplo que resultou nesse diálogo entre cidadania cultural e direito à cidade. A produção cultural vive um momento de profundas transformações – no mundo todo, óbvio. A partir das possibilidades geradas pela internet e pelas ferramentas digitais, surgiu uma série de ações descentralizadas e colaborativas, além de novos arranjos produtivos, distributivos e de circulação de bens culturais.

O nascimento de novos circuitos pelo interior e pelas periferias tem revelado um Brasil diferente do que habitualmente vemos na mídia conservadora. É um país ao mesmo tempo tradicional e inovador, jovem, mas atento aos saberes e fazeres de seus mestres, que conecta o urbano, o suburbano e o rural na criação do novo. Embora invisibilizada pela indústria cultural massificadora, nossa imensa diversidade cultural aflorou vigorosamente na última década. Auto-organizada em uma lógica colaborativa e estimulada pela era da internet, fortaleceu-se na potente junção dos pontos de cultura com a ação cidadã em rede.

O Ministério da Cultura, contudo, esteve na origem desse movimento profundamente transformador da cultura brasileira, o que produziu um novo comportamento de governos locais também. Gilberto Gil, ministro da cultura do presidente Lula da Silva, anunciou que se dedicaria a um *do-in antropológico*, “massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta” (GIL, 2003).

Essa lógica promoveu efetivo *empoderamento* conceitual e político de coletivos e redes que se multiplicaram em velocidade e relevância, tornando o que que antes era invisível em inevitável. Mas isso não é suficiente. É preciso ir além e dinamizar o reconhecimento e validação de direitos, não permitindo que as iniciativas do *campo cultura* sejam “apenas” extensão do Estado.

O compromisso com a cidadania cultural sedimentou uma tradução da cultura para algo que vai além do supérfluo ou alegórico, mas que é parte de todo o debate que se estabeleceu no Brasil em torno da qualidade dos serviços públicos e do direito do espaço urbano ser valorizado como espaço de convívio e reinvenção das cidades. Mas é preciso compreender que a demanda por mais e melhores serviços públicos que ficou evidente na série de manifestações em 2013, e que não vai parar tão cedo, é expressão de uma pressão que veio de baixo por reconhecimento e participação, por superação da anomia silenciosa proposta pelos Estados nacionais. Será preciso a reinvenção também das instituições e não apenas das políticas para que se retome a confiança e a fluidez dos mecanismos de participação.

As grandes causas do tempo

Inventar a política não é somente fazer com que não haja outro poder exceto aquele que a comunidade exerce sobre si mesma para se perpetuar e se proteger. Inventar a política é também inventar os meios para que a própria comunidade tome o poder para enfrentar o mundo. O que são os coletivos de jovens e artistas, as redes de economia solidária, várias experiências de cultura digital, projetos de educação livre, pontos de cultura nascidos de baixo para cima e se articulando em redes que não a reinvenção do mundo e da política?

Nestes termos, a disposição à política é a própria ideia de que é preciso inventar coletivamente o futuro. Este futuro não está posto *a priori* porque não há manuais e modelos pré-concebidos que possam ser seguidos ou importados por qualquer sociedade que se pretenda participe do jogo democrático. Essa invenção do futuro é a concepção contínua e intermitente de novos modelos, de novos arranjos, de novos marcos regulatórios, isto é, a reinvenção permanente da democracia por meio, principalmente, da disputa por fundos públicos e práticas e discursos sociais contra-hegemônicos.

No Brasil e na Espanha, o Estado nacional vive uma falência de sua legitimidade. Tem-se a impressão que não se sabe mais quem é que se responsabiliza pelos interesses públicos e pela manutenção da democracia, com evidente esgarçamento da própria percepção das funções dos Estados nacionais em razão do agigantamento das “mercadorias *glamourizadas* pelas grifes”⁵. Num mundo controlado pela lógica do mercado, – que prioriza o indivíduo como consumidor em detrimento de sua cidadania –, como garantir que as políticas públicas de cultura estejam em diálogo com os interesses públicos?

Em *Cultura McWorld*, Benjamin Barber sugere que o “*McWorld* é uma experiência de compra divertida que liga os *shopping centers*, as salas de cinema, os parques temáticos, as tribunas dos estádios, as redes de fast-food e a televisão em uma única e vasta empresa que, maximizando seus lucros, transforma os seres humanos” (2005, p.50).

As grandes causas do nosso tempo tem a ver com isso e, portanto, com a luta coletiva e criativa contra a lógica de exclusão e violência vivenciadas em todo o mundo e contra a financeirização de todas as dimensões da vida. Estratégias descartáveis de participação política não são mais suficientes. Um Estado submisso à lógica do bazar global não tem mais legitimidade. Estratégias de governança urbana que substituem os governos locais por conexões entre as passarelas dos centros comerciais e os filmes supostamente patrocinados pelas marcas, mas que o fazem com dinheiro público; entre a assepsia do *shopping* e as tensões da política pública são inaceitáveis.

São muitos os desafios. O Estado precisa considerar a cidadania como uma demanda efetiva do universo da cultura. Mas, antes disso, todos precisamos nos ajudar a responder algumas perguntas: que mundo é esse no qual vivemos? Uma política de democratização cultural é possível? Quais são seus limites? Para que servem as políticas culturais que manejamos em nossas cidades e organizações de cultura? Que resultados pretendemos atingir quando definimos investimentos e prioridades? E, por fim, qual é nossa real disposição ao diálogo?

⁵ Expressão utilizada por Francisco de Oliveira na apresentação do livro de Isleide Fontenelle: O nome da marca, McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo. Boitempo. 2002, p.15.

Todos somos *culturais*, o que exige que os governos estejam preparados e abertos para demandas para as quais suas burocracias não têm se mostrado permeáveis. A invenção da política é também a invenção da relação cultura-Estado e a submissão do aparato estatal às demandas da vida em sociedade: os jovens, os artistas e as periferias estão cada vez mais conectados e misturados e as políticas de cultura precisam falar com e para eles sobre coisas que realmente sejam importantes. Mas as políticas formais não poderão, jamais, falar ‘por’ eles.

Cultura é sentido e pensamento. Se todos somos culturais – ainda que consideremos a peculiaridade do mundo das artes, seja ele qual for e repleto de quantos criadores aceitarmos – não se pode mais admitir que sejamos gestores do nada, ou só de um fragmento insignificante da vida real. É preciso falar com o todo, considerando as especificidades das artes e sua economia, mas sempre considerando o relevo da cultura como expressão de cidadania. Estamos obrigados cada vez mais a ser acessíveis, a criar canais de contato e diálogo, a utilizar as ferramentas tecnológicas para aproximar e não para conter, e a promover códigos de sentido que sejam concretos e que sejam vitais.

É preciso superar o vácuo das políticas plastificadas e espetaculares e pensar, propor e promover iniciativas culturais dinâmicas e irrenunciáveis, conectadas com a vida das pessoas e brotadas da disputa pelo sentido das coisas, pelo tom das afetividades, pela distribuição dos espaços e dos tempos, dos lugares e das identidades, da palavra e do barulho, do visível e do invisível. Vivemos um tempo de emergência da cidade como *locus* de partilha do sensível, exigindo de todos nós a recuperação da dimensão política da cultura.

Notas bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *La crise de la culture*. Gallimard, 1968.

BARBER, Benjamim R., *Cultura McWorld*. In: Moraes, Denis de. (org.) *Por uma Outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2005. 41-56 pp.

CASTELLS, Manuel e HALL, Peter. *Las tecnópolis del mundo. La formación de los complejos industriales del siglo XIX*. Madrid, Alianza Editorial, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2000.

GIL, Gilberto. *Discurso de posse*. 2003. Disponível em http://gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=3&page=2

HALL, Peter. *Ciudades del mañana- Historia del Urbanismo del siglo XX*. Barcelona, Serbal, 1996.

HARVEY, David. *O Direito à cidade*. In *Rev. Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, EXO experimental org./Editora 34, 2005.